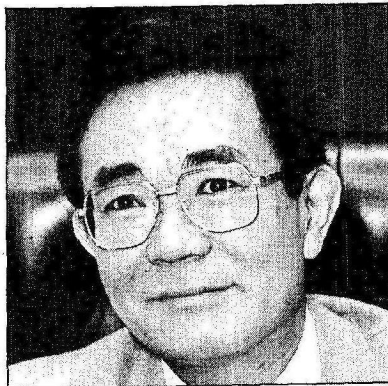


Bancos decidirão novos empréstimos

ANÚNCIO DO ACORDO NÃO TRAZ BENEFÍCIO PARA AÇÕES E TÍTULOS DA DÍVIDA

Dentro de aproximadamente seis meses, quando for fechado o acordo completo, "os bancos decidirão se darão maiores créditos ao Brasil", disse ao **JT** o presidente do Conselho do Banco de Tokyo, Takanori Suzuki. Nos próximos meses, dos quase 500 bancos que emprestaram ao Brasil, 95% têm de concordar com os termos do acordo anunciado ontem.

Empresas prestadoras de serviços públicos com alto endividamento em dólares poderão beneficiar-se. "É o caso das companhias de energia elétrica e de telefonia", afirma o economista Sideval Aroni. Além do alongamento do prazo de pagamento da dívida, o acordo fixa o volume de recursos que o Brasil deverá desembolsar nos próximos oito anos.



Arquivo/AE

Suzuki: bancos decidirão.

Geraldo Gardenali, presidente da Ordem dos Economistas, prevê que a maior inserção do Brasil no mercado internacional estimulará investimentos e comércio: "Para o Chile, a Argentina e o México, a mudança foi notável", assinala. Já

o economista Yoshiaki Nakano teme que o acordo seja pior para os pobres: "A necessidade de exportar mais reduz o consumo e o investimento interno e, dada a concentração de renda, os pobres pagarão mais".

Nem as ações nem os títulos da dívida brasileira beneficiaram-se com o anúncio do acordo. Em São Paulo, a Bolsa subiu na abertura mas fechou em queda de 1,2% em São Paulo, enquanto o dólar no mercado paralelo mostrava ligeira reação. E os MYD-FAs (Multi Year Deposit Facility Agreement) foram negociados entre o mínimo de 35,625 e o máximo de 36,375 centavos por dólar devido, oscilando intensamente

Segundo o presidente do Banco Itaú, Carlos da Câmara Pestana,

o acordo com os bancos credores é importante porque normaliza as relações do Brasil com a comunidade financeira. "Cria-se um clima favorável ao investimento estrangeiro, de organismos internacionais e de empresas, e indica que o Brasil definiu um fluxo de desembolsos viável. Não podemos ficar sem poupança externa".

"É um fator de credibilidade", reforça o economista e professor da FGV-SP e FEA-USP, Yuichi Tsukamoto. Opinião semelhante é do vice-presidente do Bradesco, Antonio Bornia: "Os benefícios com o acordo serão mais concretos na medida em que, internamente, o Brasil possa promover suas reformas, como o ajuste fiscal, e tire das manchetes a crise".

Fábio Pahim Jr.